

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE MINAS GERAIS

EXAME DE ORDEM
PROVA OBJETIVA

Prezado Candidato, observe as seguintes ORIENTAÇÕES:

- DO CADERNO DE PROVA:

Verificar, com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA OBJETIVA. Ele deve conter 60 (sessenta) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

- DA FOLHA DE RESPOSTAS:

01 - ASSINE somente no cartão de identificação.

02 - NÃO ESCREVA NADA NA FOLHA DE RESPOSTAS, limitando -se apenas, a assinalar alternativa da questão.

03 - A existência de qualquer sinal que permita identificá-lo ACARRETARÁ ANULAÇÃO DE SUA PROVA.

04 - NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

05 - SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA, PORTANTO:

- Marque suas respostas observando o exemplo e as instruções constantes da Folha de Respostas;

- Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA;

- Há uma ÚNICA alternativa CORRETA;

- Não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas.

- A boa compreensão das questões faz parte da dificuldade da prova.

- Permanência mínima de 01:00 h. (uma hora) na sala.

- DA CORREÇÃO DAS PROVAS

A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO PODERÁ PREJUDICÁ-LO

NÃO SERÁ PERMITIDO QUALQUER TIPO DE CONSULTA.

EXAME DE ORDEM OAB/MG - 1ª ETAPA - 02.08.98

PROVA OBJETIVA - MÚLTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

01. É pessoa jurídica de direito público:

- a) partido político;
- b) associação de utilidade pública;
- c) autarquia;
- d) sociedade comercial.

02. É absolutamente nulo o ato jurídico:

- a) praticado por agente relativamente incapaz;
- b) que não reveste a forma prescrita em lei;
- c) praticado em fraude contra credores;
- d) praticado sob coação.

03. Adquire-se a propriedade imóvel:

- a) pela escritura pública de compra e venda;
- b) pelo contrato de promessa de compra e venda;
- c) pela acessão;
- d) pelo constituto possessório.

04. É herdeiro necessário:

- a) o cônjuge sobrevivente;
- b) o pai;
- c) o irmão;
- d) o legatário.

05. É suspeito o Juiz:

- a) amigo íntimo do advogado do autor;
- b) interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes;
- c) que tem trabalho jurídico publicado, referente à questão discutida na lide;
- d) que é vizinho do réu.

06. Não cabe a citação pelo correio:

- a) no processo de execução;

- b) na ação de despejo;
- c) nas ações contra o Banco do Brasil;
- d) quando o réu reside em outra comarca.

07. Não é causa de suspensão do processo:

- a) a morte da parte;
- b) a convenção das partes;
- c) a licença de saúde do Juiz;
- d) o oferecimento de exceção de incompetência.

08. A petição inicial indicará, por força de lei:

- a) a nome completo do Juiz a que é dirigida;
- b) o nome da ação;
- c) os artigos de lei em que o autor se baseou;
- d) o requerimento para citação do réu.

09. São características dos direitos reais, exceto:

- a) enumeração legal enunciativa;
- b) oponibilidade erga omnes;
- c) sequela;
- d) possibilidade de aquisição por usucapião;

10. São formas de dar-se a acessão, exceto:

- a) alienação;
- b) construção;
- c) plantação;
- d) aluvião;

11. Não podem ser escritos em língua estrangeira:

- a) o testamento público;
- b) o testamento cerrado;
- c) o testamento particular;
- d) o codicilo;

12. Podem ser procuradores em juízo, exceto:

- a) o menor entre 16 e 21 anos;
- b) o advogado;
- c) o estagiário;
- d) o cônjuge do mandante;

13. Não é correto afirmar que cabe mandado de segurança contra ato:

- a) do Delegado da Receita Federal;
- b) do Ministro da Fazenda;
- c) do Presidente do Banco Central;
- d) do Gerente do Bradesco.

DIREITO COMERCIAL

14. José da Silva S.A é credora comercial da empresa Joá Ltda, que teve sua falência decretada. Assim, a credora procurou um advogado para preparar sua declaração de crédito que, necessariamente, deverá conter, **exceto**:

- a) a origem do crédito;
- b) a classificação do crédito;
- c) o saldo definitivo do crédito na data da declaração da falência;
- d) o lugar onde o crédito é pagável.

15. Recentemente, várias empresas tomaram parte na licitação para concessão do direito de exploração de serviços de telefonia móvel celular da banda B. No intuito de atenderem às várias exigências apresentadas pelo Ministério das Comunicações, as empresas, conforme lhes facultada a Lei das Sociedades por Ações, se organizaram sob a forma de:

- a) consórcios, que detêm personalidade jurídica;
- b) consórcios, que não detêm personalidade jurídica;
- c) subsidiárias integrais, que detêm personalidade jurídica;
- d) subsidiárias integrais, que não detêm de personalidade jurídica.

16. Bibu S.A., detentora da marca Bibu Sucos, desenvolveu uma tecnologia própria de produção e comercialização de sucos. Não tendo condições de atender toda a demanda pelos sucos que produzia e comercializava resolveu conferir autorização à Adds Ltda. para que faça uso de seu Knowhow e de sua marca conjuntamente. Para tanto, celebraram:

- a) contrato de licença;
- b) contrato de transferência de knowhow;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) contrato de franquia.

17. A Conservadora Arkansas Ltda. prestou serviços à transportadora Fenix Ltda. Em razão dos serviços prestados, a Conservadora Arkansas Ltda. emitiu a nota fiscal - fatura nº 187 - A e sacou uma duplicata contra a Transportadora Fênix Ltda.. Contudo, esta recusou-se a aceitar a duplicata. Nestas circunstâncias:

- a) a Conservadora Arkansas Ltda. pode executar a duplicata, bastando, para tanto, instruir a execução com certidão do protesto;
- b) a conservadora Arkansas Ltda. pode executar a duplicata instruindo a execução com a certidão do protesto e comprovante da prestação dos serviços;
- c) a Conservadora Arkansas Ltda. somente poderá ajuizar ação de cobrança ou ação monitória contra a Transportadora Fênix Ltda., pois a duplicata sem aceite não é título executivo extrajudicial;
- d) a Conservadora Arkansas Ltda. somente poderá ajuizar ação de cobrança, porque a duplicata sem aceite não é título executivo extrajudicial e a ação monitória, disciplinada no artigo 1102, a,b e c do Código de Processo Civil foi abolida do nosso ordenamento jurídico pelo artigo 44 da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

18. No Brasil, **não** há previsão legal para a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade quando:

- a) ocorrer fato ou ato ilícito;

- b) *houver violação do estatuto ou contrato social da empresa;*
- c) *for apurada a prática de crime processo falimentar;*
- d) *a sociedade detiver sócio estrangeiro.*

19. Assinale a afirmativa falsa:

- a) *o cheque é ordem de pagamento à vista;*
- b) *a transmissão do cheque dá-se pelo endosso;*
- c) *não existe a figura do aval no cheque;*
- d) *o cheque da mesma praça deve ser apresentado em trinta (30) dias.*

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

20. Em relação ao perdão do ofendido, é incorreto afirmar que:

- a) *obsta o prosseguimento da ação, nos crime de ação penal privada;*
- b) *se concedido a um dos querelados, a todos aproveita;*
- c) *pode ser expresso ou tácito e, para ser admitido, deve preceder a condenação passada em julgado;*
- d) *produz efeito, ainda que recusado pelo querelante, por se tratar de ato não receptício de vontade.*

21. Se o agente entra em uma casa, para praticar furto, desistindo de prosseguir no seu intento, voluntariamente:

- a) *não responde por crime algum;*
- b) *responde por violação de domicílio;*
- c) *responde por tentativa de furto;*
- d) *responde por tentativa de furto e invasão de domicílio em concurso formal;*

22. Qual das afirmativas abaixo é falsa:

- a) *as normas incriminadoras compõem-se de preceito primário e preceito secundário;*
- b) *o preceito primário descreve a conduta que se deve praticar ou que não se deve praticar;*
- c) *o preceito secundário é a sanção penal;*
- d) *a parte especial compõem-se apenas de normas incriminadoras;*

23. No caso de homicídio praticado por pistoleiro que recebeu dinheiro do mandante para praticar o crime, por qual crime responderá o mandante:

- a) *responderá por homicídio simples;*
- b) *responderá por homicídio privilegiado;*
- c) *responderá por homicídio qualificado;*
- d) *não responderá por nenhum crime;*

24. João, maior, com a ajuda de José, menor de 18 (dezoito) anos, subtraiu, durante a noite, vários objetos na residência de Manoel, que foram vendidos para Marcelo a preço de mercado. Qual das afirmativas é falsa:

- a) *João é imputável;*
- b) *José é inimputável;*
- c) *a menoridade de José beneficiará a João;*
- d) *o crime praticado foi o de furto qualificado;*

25. Relativamente à violação de domicílio, qual das afirmativas está certa:

- a) exige a presença da vítima;
- b) é absorvida pelo crime-fim, sendo este mais grave
- c) não admite tentativa;
- d) autoriza o perdão judicial;

26. Constituem hipótese de homicídio todos os casos abaixo, exceto:

- a) um homem eliminou a vida de um recém-nascido;
- b) o pai matou o filho durante o parto;
- c) médico matou moribundo para acabar com o sofrimento deste;
- d) mãe destruiu o feto antes do nascimento;

27. São características da ação penal pública incondicionada, exceto:

- a) indisponibilidade;
- b) oportunidade;
- c) legalidade;
- d) obrigatoriedade.

28. Em relação a perempção, marque a opção correta:

- a) é conceituada como sendo a perda do direito de representação na ação penal pública condicionada;
- b) é retratável antes do oferecimento da queixa-crime;
- c) poderá ocorrer somente após o início da ação penal exclusivamente privada;
- d) poderá ocorrer antes ou depois do início da ação exclusivamente privada ou pública condicionada à representação.

29. No processo referente ao crime de lesão corporal culposa praticado no trânsito, não cabe:

- a) a composição civil dos danos;
- b) a transação penal;
- c) a suspensão condicional do processo;
- d) nenhuma das respostas é correta.

30. Pode caber contra sentença, decisão ou despacho a Juiz de primeiro grau jurisdicional:

- a) carta testemunhável;
- b) recurso especial;
- c) recurso extraordinário;
- d) nenhuma das respostas.

31. Foram previstas em lei as seguintes hipóteses de recurso de ofício, exceto:

- a) da sentença de absolvição sumária;
- b) da decisão de impronúncia;
- c) da sentença concessiva de habeas corpus;
- d) da decisão que conceder a reabilitação.

DIREITO DO TRABALHO

32. Assinale a alternativa correta:

Os institutos da readmissão e da reintegração:

- a) são idênticos;
- b) diferenciam-se em face dos efeitos quanto ao período de afastamento;
- c) dizem respeito respectivamente aos empregados estáveis e não estáveis;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

33. Assinale a alternativa correta:

Na Consolidação das Leis do Trabalho, salário e remuneração:

- a) o salário é devido e pago direta ou indiretamente pelo empregador, ao passo que a remuneração é espécie daquele;
- b) o salário é preço, enquanto a remuneração é indenização;
- c) significam respectivamente a espécie e o gênero;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

34. Assinale a alternativa correta:

A Constituição Federal de 1988:

- a) eliminou todas as diferenças entre trabalhador urbano e rural, em termos de direitos trabalhistas;
- b) eliminou todas as diferenças existentes entre o empregado doméstico e o empregado comum, em termos trabalhistas;
- c) equiparou o empregado comum e o avulso, em termos de direitos trabalhistas;
- d) todas as alternativas são incorretas.

35. A Convenção Coletiva de Trabalho e o acordo coletivo de trabalho:

- a) são fontes materiais do direito do trabalho;
- b) são fontes formais do direito do trabalho de origem estatal;
- c) são fontes formais do direito do trabalho de origem autônoma;
- d) são fontes históricas do direito do trabalho.

36. O contrato de trabalho se caracteriza por ser:

- a) de direito público, formal, unilateral, instantâneo, oneroso e subordinativo;
- b) de direito privado, formal, bilateral, de trato sucessivo, oneroso e subordinativo;
- c) de direito privado, consensual, bilateral, de trato sucessivo, oneroso e subordinativo;
- d) nenhuma das respostas acima.

37. O Poder Normativo da Justiça do Trabalho:

- a) é exercido por todos os órgãos do Judiciário Trabalhista, sem limitação;
- b) só pode ser exercido quando o empregado reclama benefícios não previstos em lei;
- c) deve respeitar as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho;

d) pode ser exercido, com as limitações fixadas na própria Constituição, pelas Juntas de Conciliação e Julgamento.

38. O desconto no salário do empregado é lícito:

- a) quando decorrer de dano causado por dolo ou culpa do empregado;
- b) quando previsto em contrato coletivo, acordo coletivo ou convenção coletiva;
- c) apenas quando autorizado pelo empregado, independente de previsão em contrato coletivo;
- d) apenas quando previsto em lei e autorizado pelo empregado.

39. Constitui hipótese de suspensão do contrato de trabalho:

- a) a ausência por motivo de doença após o décimo quinto dia;
- b) licença-maternidade;
- c) ausências dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS;
- d) afastamento para prestação de serviço militar obrigatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

40. O processo administrativo, nos Estados de Direito, está sujeito aos seguintes princípios, exceto:

- a) legalidade objetiva;
- b) oficialidade;
- c) formalismo;
- d) verdade material.

41. Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com sua destinação, em:

- a) patrimoniais, de uso comum e de uso privado;
- b) de uso comum, de uso restrito e cedidos;
- c) federais, estaduais e municipais;
- d) de uso comum, de uso especial e dominiais.

42. São princípios do contrato administrativo, exceto:

- a) vinculação da Administração ao interesse público;
- b) inalterabilidade das cláusulas contratuais regulamentares;
- c) presunção de legalidade das cláusulas contratuais;
- d) excepcionalidade dos contratos de atribuição.

43. São instrumentos de intervenção do Estado na propriedade, exceto:

- a) expropriação;
- b) limitação administrativa;
- c) tombamento;
- d) afetação.

44. Marque a única alternativa correta:

- a) A União Federal pode aumentar tributo através de Decreto do Presidente da República;
- b) A União Federal poderá, em condições excepcionais, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional;

- c) Cabe à lei ordinária a regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar;
d) as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos da lei, gozam de imunidade tributária.

45. Marque a única alternativa correta:

- a) os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judicial, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, salvo se a sentença estabelecer de forma diferente;
b) ao Poder Judiciário é assegurada apenas a autonomia financeira, não possuindo autonomia administrativa;
c) a Constituição confere aos juízes as garantias da irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e inamovibilidade;
d) ao Supremo Tribunal Federal compete a guarda de toda a legislação federal e da Constituição Federal.

46. Marque a única alternativa correta:

- a) a Constituição Federal estabelece que os menores de vinte e um anos são penalmente inimputáveis, mas sujeitos às normas da legislação especial;
b) a Constituição Federal estabelece que os imóveis públicos, que não estejam sendo utilizados para nenhuma finalidade e que estejam comprovadamente vagos há mais de 05 (cinco) anos, podem ser adquiridos por usucapião;
c) a empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;
d) a atual Constituição vedou, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.

47. A imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social denomina-se:

- a) desapropriação;
b) servidão administrativa;
c) limitação administrativa;
d) requisição administrativa.

48. São formas de aquisição de bens pela Administração, exceto:

- a) usucapião;
b) legitimação de posse;
c) permuta;
d) adjudicação em execução de sentença.

49. Marque a única alternativa correta:

- a) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos;
b) são condições de elegibilidade ter nacionalidade brasileira e ser alfabetizado;
c) de acordo com as últimas reformas constitucionais, apenas o Presidente da República poderá ser reeleito para mais de um período consecutivo, enquanto os demais ocupantes de cargos públicos só poderão ser reeleitos para um único período subsequente;
d) a idade mínima para se candidatar ao cargo de Presidente e Vice-Presidente da República e Senador é de trinta anos.

50. Marque a *única* alternativa *correta*:

- a) todo imóvel rural, dentro do território nacional, é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária;
- b) dentre os **imóveis públicos**, apenas os imóveis rurais, cuja área não seja superior a 50 hectares, e desde que estejam sendo ocupados por pessoa física, há mais de 05 anos ininterruptos, sem oposição, podem ser adquiridos por usucapião;
- c) constitui monopólio da União, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural;
- d) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, bem como presta assistência judicial aos necessitados no Distrito Federal e Territórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. Assinale a *única opção correta*:

Segundo a Constituição Federal em vigor:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria;
- b) os Municípios podem instituir impostos sobre a venda no varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- c) Os Estados e o Distrito Federal podem instituir impostos novos, desde que sejam não-cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição;
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir impostos, taxas, contribuição de melhoria e, contribuições especiais.

52. Assinale a *única opção incorreta*.

É vedado à União, segundo a Constituição:

- a) instituir imposto sobre a renda dos Estados e dos Municípios;
- b) tributar o patrimônio dos partidos políticos;
- c) tributar os templos de qualquer culto.
- d) tributar a renda das pessoas titulares de empresas jornalísticas.

53. Assinale a *única opção incorreta*

Os impostos sobre a importação, a exportação, os produtos industrializados e as operações de crédito, câmbio, seguros, títulos e valores mobiliários:

- a) são de competência da União;
- b) são exceção ao princípio da legalidade rígida, pois suas alíquotas - nos limites da lei - podem ser graduadas por ato do Poder executivo;
- c) são exceção ao princípio da anterioridade;
- d) são exceção ao princípio da irretroatividade.

54. Assinale a opção incorreta.

- a) a taxa pode ser cobrada pelo efetivo ou potencial exercício do poder de polícia;
- b) cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária;
- c) é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- d) somente a União pode instituir impostos não previstos na Constituição, no exercício de sua competência residual.

55. Assinale a afirmação incorreta:

- a) a concessão de medida liminar não extingue o crédito tributário;
- b) suspende a exigibilidade do crédito o depósito de seu montante integral;
- c) salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas
- d) o IPI e o ICMS estão excepcionados do princípio da anterioridade.

DIREITO INTERNACIONAL

56. Drei GMBH (empresa alemã) e Usifat S.A. (companhia brasileira) celebraram um contrato internacional de fornecimento de trigo, tendo sido escolhidos o foro de Belo Horizonte - MG - Brasil e a lei alemã como aplicáveis. Tendo ocorrido uma controvérsia, e não estando prevista a instalação de procedimento arbitral, é correto afirmar que:

- a) se for consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá julgar considerando o direito processual brasileiro e o direito material brasileiro;
- b) se for consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá julgar considerando o direito processual brasileiro e o direito material alemão;
- c) se for consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá julgar considerando o direito processual alemão e o direito material alemão;
- d) o Poder Judiciário brasileiro não poderá ser consultado porque a lei aplicável é a alemã.

57. Se os Tratados e demais normas emanadas dos órgãos do Mercosul tivessem os caracteres de aplicabilidade direta e de primazia sobre as normas dos Estados membros, seria correto afirmar que:

- a) as normas do Mercosul, apesar de hierarquicamente superiores às normas brasileiras, deveriam ser submetidas a referendo do Congresso Nacional;
- b) as normas do Mercosul, apesar de dispensadas do referendo do Congresso Nacional, seriam hierarquicamente inferiores às normas brasileiras;
- c) as normas do Mercosul seriam, além de dispensadas de referendo do Congresso Nacional, hierarquicamente superiores às normas brasileiras;
- d) as normas do Mercosul deveriam ser submetidas o referendo do Congresso Nacional e seriam hierarquicamente inferiores às normas brasileiras.

ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

58. Assinale a alternativa incorreta.

Os principais princípios e deveres éticos do advogado são:

- a) zelar pelas instituições de direito, da cidadania e prestígio de sua classe;
- b) defender o estado democrático de direito, a justiça e a paz social;
- c) empenhar-se, permanentemente, em seu aperfeiçoamento profissional;
- d) jamais recusar uma causa de qualquer cliente ainda que a defesa seja gratuita.

59. Assinale a alternativa correta.

Não havendo determinada regra deontológica no novo Código de Ética e Disciplina da OAB:

- a) libera o profissional para a prática de qualquer ato no exercício da advocacia;*
- b) enseja consulta e manifestações do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho competente;*
- c) enseja consulta e manifestações da Comissão de Ética e Disciplina ou do Conselho Seccional;*
- d) obriga o profissional a seguir regras deontológicas de outros Códigos de Ética Profissional.*

60. Assinale a alternativa correta.

O poder de unir disciplinarmente os advogados pela OAB, compete com exclusividade:

- a) ao Conselho Seccional em cuja base territorial ocorreu o fato;*
- b) ao Conselho Federal por delegação do Estatuto da Advocacia e da OAB;*
- c) ao Conselho Seccional da primeira inscrição profissional;*
- d) a Comissão de Ética e Disciplina que instruir a representação.*

GABARITO
PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM

01 - C	21 - B	41 - D
02 - B	22 - D	42 - B
03 - C	23 - C	43 - D
04 - B	24 - C	44 - D
05 - B	25 - B	45 - C
06 - A	26 - C	46 - C
07 - C	27 - B	47 - C
08 - D	28 - C	48 - B
09 - A	29 - D	49 - B
10 - A	30 - A	50 - C
11 - A	31 - B	51 - A
12 - A	32 - B	52 - D
13 - D	33 - C	53 - D
14 - D	34 - C	54 - A
15 - B	35 - C	55 - D
16 - D	36 - C	56 - B
17 - B	37 - C	57 - C
18 - D	38 - D	58 - B
19 - C	39 - D	59 - D

20 - D

40 - C

60 - A